

Citibank ainda espera pagamento significativo

Reuters

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — Apesar de o Brasil já ter avisado informalmente que não pagará o próximo vencimento dos serviços da dívida com os bancos comerciais (US\$ 1,6 bilhão, na próxima segunda-feira), o presidente do principal credor do país, John Reed, do Citibank, declarou que espera “um significativo pagamento” do governo brasileiro. O Brasil alega que não pode pagar, diante do severo bloqueio de créditos externos a que está submetido, devido à falta de um acordo com o FMI.

Os próprios bancos comerciais, por exemplo, estão segurando há meses a liberação de um crédito de US\$ 600 milhões do chamado *dinheiro novo*, previsto no acordo de reescalonamento assinado no ano passado. Mas, ontem, ficou claro que os bancos apoiam a posição brasileira nas atuais negociações com o FMI, que se arrastam há meses. O chefe do Subcomitê Econômico dos Bancos, Credores, Lawrence Brainard, do Bankers Trust, disse que não entende porque o fundo não se conformou ainda com as reformas que o Brasil já adotou. “As medidas já adotadas, como a Lei do Orçamento, são muito fortes e representam um impacto de 3,5% do PIB”, disse Brainard. No entanto, o banqueiro chamou a atenção para o agravamento dos problemas de fuga de capital e de explosão da dívida interna.

“Dois anos depois da moratória, o que se assiste hoje no Brasil é uma crescente perda de confiança nas medidas do governo e isso tem levado a uma enorme fuga de capitais”, disse Brainard. Ele afirmou que o simples exame das contas do Banco Central do Brasil pode dar um sinal dessa tendência, sobretudo ao revelar que de 88 para 89 há um aumento de mais de US\$ 1,5 bilhão nas remessas de capital para o exterior. Esse cálculo leva em consideração duas contas: a de remessas de lucros e dividendos das empresas estrangeiras e a de investimentos brasileiros no exterior.

Remessas — Brainard lembrou que esse aumento no volume de capital remetido legalmente ao exterior é o equivalente ao que o Brasil “diz que não vai pagar” aos bancos no vencimento de segunda-feira. O quadro fica pior ainda quando se analisam as estimativas de fuga de capital. Brainard, porém, não quis entrar nas especulações sobre o total de dólares que estão sendo enviados, por baixo do pano, para o exterior. O banqueiro disse que o problema do Brasil e de outros países excessivamente endividados não é a crise da dívida externa, mas “a crise da dívida interna”. A rolagem dos débitos internos, disse ele, está levando a níveis cada vez mais ameaçadores.

Brainard viaja segunda-feira para o Brasil, a fim de recolher maiores informações sobre a situação econômica do país, mas voltará logo, para apresentar os resultados ao Comitê de Ban-



Reed: acalmando credores

cos Credores, que tem reunião marcada para quinta-feira, em Nova Iorque. Ele disse que preferia não comentar a possibilidade de o Brasil pagar ao menos uma parte dos US\$ 1,6 bilhão.

Num encontro com analistas do mercado de capitais, John Reed reconheceu que o Brasil não deverá pagar totalmente os juros e taxas que vencem na segunda-feira. Ante os nervosos analistas, que já faziam projeções sobre perdas na lucratividade das ações de bancos credores, Reed esclareceu que o Brasil deverá pagar “parte significativa” desses débitos, ao longo do último trimestre do ano, sem explicar, contudo, de onde obteve a informação de que o Brasil vai fazer algum pagamento. O que o mercado financeiro espera há meses é que o país não pague segunda-feira, pois está com mais de US\$ 3 bilhões de créditos novos bloqueados nos próprios bancos credores, nas instituições multilaterais e no governo japonês, devido à exigência de que primeiro feche um acordo com o FMI.

Reed fez tudo para tranquilizar os analistas mais preocupados com a possibilidade de um agravamento da crise da dívida. Certamente, eles não se esquecem dos recordes de prejuízos que os bancos tiveram e o colapso de suas ações na bolsa, devido à moratória do Brasil em 87. Depois disso, os banqueiros tiveram que aumentar suas reservas para a eventualidade de novas inadimplências. Em 88, os recordes das instituições foram de lucros, com a volta dos pagamentos.